

Art. 1º O § 1º do art. 11 da Lei Complementar nº 140, de 16 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação

Art. 11

§ 1º A Diretoria Executiva da Agência, a ser eleita pelo Conselho de Administração, será indicada pelo Governador do Estado de Mato Grosso, referendada pela Assembleia Legislativa do Estado e homologada pelo Banco Central do Brasil "

Art. 2º O art. 14 da Lei Complementar nº 140/03 passa a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se os §§ 1º e 2º e renumerando-se o parágrafo único

Art. 14 O Conselho de Administração, órgão colegiado de decisão superior da MT FOMENTO, será constituído de 07 (sete) membros, assim dispostos

I - 05 (cinco) nomes indicados pelo Governador do Estado de Mato Grosso e submetidos à aprovação da Assembleia Geral,

II - 01 (um) representante dos acionistas minoritários, escolhido em Assembleia Geral,

III - Diretor-Presidente da MT FOMENTO

§ 1º O Presidente do Conselho de Administração será eleito pela Assembleia Geral entre os 05 (cinco) nomes indicados pelo Governador

§ 2º O Diretor-Presidente da MT FOMENTO será o seu vice-presidente

§ 3º A investidura dos Conselheiros dar-se-á na forma prevista na Lei Federal nº 4 595, de 31 de dezembro de 1964 "

Art. 3º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário

Palácio Paqueta, em Curitiba, 04 de maio de 2004, 183º da Independência e 116º da República

BLAÍRO BORGES MAGGI
CÉLIO WILSON DE OLIVEIRA
JOAQUIM SUCENA RASGA
WALTER DE FATIMA PEREIRA
YÊNÉS JESUS DE MAGALHÃES
WALDIR JULIO TEIS
SIRIO PINHEIRO DA SILVA
HOMERO ALVES PEREIRA
ALEXANDRE HERCULANO COELHO DE SOUZA FURLAN
TEREZINHA DE SOUZA MAGGI
RICARDO LUIZ HENRY
LUIZ ANTONIO PAGOT
ANA CARLA MUNIZ
GERALDO APARECIDO DE VITTO JUNIOR
MARCOS HENRIQUE MACHADO
GERALDO LUIZ GONÇALVES FILHO
JOÃO VIRGÍLIO DO NASCIMENTO SOBRINHO
FABIO CÉSAR GUIMARÃES NETO
LOUREMBERG RIBEIRO NUNES ROCHA
CLOVES FELICIO VETTORATO
MOACIR PIRES DE MIRANDA FILHO
JOSÉ JOAQUIM DE SOUZA FILHO
BENEDITO PAULO DE CAMPOS
FLÁVIA MARIA DE BARROS NOGUEIRA
JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA

*LEI Nº 8 112, DE 23 DE ABRIL DE 2004

Autor Mesa Diretora

Institui a verba de natureza indenizatória pelo exercício parlamentar e das outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei

Art. 1º Fica instituída a verba de natureza indenizatória pelo exercício parlamentar, no âmbito do Poder Legislativo Estadual, destinada ao ressarcimento de despesas efetuadas pelo Deputado Estadual no desempenho da atividade parlamentar

Parágrafo único. A verba de que trata o caput será paga mensalmente aos Parlamentares, mediante solicitação de ressarcimento de despesa dirigida a 1ª Secretaria, através de modelo padrão remetido pela Secretaria Geral, instruída com a necessária documentação fiscal comprobatória da despesa

Art. 2º Aos Parlamentares Estaduais não serão devidos os valores referentes a diárias, ajuda de transporte e passagens, por fazerem parte, dentre outras a serem regulamentadas, da verba de natureza indenizatória de que trata o art. 1º

Art. 3º A aplicação desta lei será regulamentada através de resolução do Poder Legislativo Estadual

Art. 4º Ficam criados, junto a Consultoria Técnico-Jurídica da Mesa Diretora, 04 (quatro) cargos de Consultor de Comissão Permanente - Símbolo DSL-I, e 04 (quatro) cargos de Assistente de Comissão Permanente - Símbolo ASI-IV

Art. 5º O art. 9º da Lei nº 7 860, de 19 de dezembro de 2002, passa a ter a seguinte redação

Art. 9º Os subsídios dos servidores comissionados do Poder Legislativo, dos símbolos DSL-I, II, III, IV, são R\$ 6 000,00, R\$ 4 460,00, R\$ 4 200,00 e R\$ 3 450,00, respectivamente, do símbolo COR, R\$ 4 050,00, do símbolo GER, R\$ 3 230,00, dos símbolos ASE-I, II e III, são R\$ 3 230,00, R\$ 2 500,00 e R\$ 1 800,00, respectivamente, dos símbolos ASI-I, II, III e IV, são R\$ 1 850,00, R\$ 1 500,00, R\$ 1 190,00 e R\$ 809,99, respectivamente, dos símbolos AAL-I, II, III e IV, são R\$ 3 140,00, R\$ 3 020,00, R\$ 2 960,00 e R\$ 1 873,00, respectivamente "

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão a conta do orçamento vigente, suplementado se necessário

Art. 7º Esta lei entra em vigor a partir de 31 de março de 2004, revogadas as disposições em contrário

Palácio Paqueta, em Curitiba, 23 de abril de 2004, 183º da Independência e 116º da República

BLAÍRO BORGES MAGGI
CÉLIO WILSON DE OLIVEIRA
JOAQUIM SUCENA RASGA
WALTER DE FATIMA PEREIRA
YÊNÉS JESUS DE MAGALHÃES
WALDIR JULIO TEIS
SIRIO PINHEIRO DA SILVA
HOMERO ALVES PEREIRA
ALEXANDRE HERCULANO COELHO DE SOUZA FURLAN
TEREZINHA DE SOUZA MAGGI
RICARDO LUIZ HENRY
LUIZ ANTONIO PAGOT
ANA CARLA MUNIZ
GERALDO APARECIDO DE VITTO JUNIOR
MARCOS HENRIQUE MACHADO
GERALDO LUIZ GONÇALVES FILHO
JOÃO VIRGÍLIO DO NASCIMENTO SOBRINHO
FABIO CÉSAR GUIMARÃES NETO
LOUREMBERG RIBEIRO NUNES ROCHA
CLOVES FELICIO VETTORATO
MOACIR PIRES DE MIRANDA FILHO
JOSÉ JOAQUIM DE SOUZA FILHO
BENEDITO PAULO DE CAMPOS
FLÁVIA MARIA DE BARROS NOGUEIRA
JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA

*Republicada por ter saído incorreta no Diário Oficial do dia 23 04 04 a p 01

LEI Nº 8.113, DE 04 DE MAIO DE 2004

Autor Poder Executivo

Altera o Anexo I da Lei nº 7.556, de 10 de dezembro de 2001, e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei

Art. 1º O Anexo I da Lei nº 7 556, de 10 de dezembro de 2001 passa a vigorar nos termos do Anexo I desta lei

§ 1º Aos servidores inativos e aos pensionistas integrantes da carreira de Agentes de Administração Fazendária - AAF, da Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso, ficam estendidos os efeitos decorrentes da alteração prevista no caput

§ 2º As alterações a que se refere o parágrafo anterior incidirão sobre a classe e nível em que se encontrava o servidor no ato da aposentadoria, na data da concessão do benefício de pensão ou reenquadramento na tabela de subsídio instituída pela Lei nº 7 556, de 10 de dezembro de 2001

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a baixar normas complementares necessárias a execução da presente lei

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão a conta do orçamento vigente, suplementado se necessário

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2004

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário

Palácio Paqueta, em Curitiba, 04 de maio de 2004, 183º da Independência e 116º da República

BLAÍRO BORGES MAGGI
CÉLIO WILSON DE OLIVEIRA
JOAQUIM SUCENA RASGA
WALTER DE FATIMA PEREIRA
YÊNÉS JESUS DE MAGALHÃES
WALDIR JULIO TEIS
SIRIO PINHEIRO DA SILVA
HOMERO ALVES PEREIRA
ALEXANDRE HERCULANO COELHO DE SOUZA FURLAN
TEREZINHA DE SOUZA MAGGI
RICARDO LUIZ HENRY
LUIZ ANTONIO PAGOT
ANA CARLA MUNIZ
GERALDO APARECIDO DE VITTO JUNIOR
MARCOS HENRIQUE MACHADO
GERALDO LUIZ GONÇALVES FILHO
JOÃO VIRGÍLIO DO NASCIMENTO SOBRINHO
FABIO CÉSAR GUIMARÃES NETO
LOUREMBERG RIBEIRO NUNES ROCHA
CLOVES FELICIO VETTORATO
MOACIR PIRES DE MIRANDA FILHO
JOSÉ JOAQUIM DE SOUZA FILHO
BENEDITO PAULO DE CAMPOS
FLÁVIA MARIA DE BARROS NOGUEIRA
JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA